



Sessão de Relações Internacionais I  
Dia 03/07/13 – 13h30 às 18h30  
Unila-PTI - Bloco 09 – Espaço 01 – Sala 02

# Mecanismos de Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul

**Maria Martha Rojas Manzur\***

Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Relações Internacionais e Integração  
E-mail: mar\_manzur@hotmail.com

**Gisele Ricobom**

Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Instituto Latino-Americano de Economica, Sociedade e Política  
E-mail: gisele.ricobom@unila.edu.br

## RESUMO

O MERCOSUL surgiu e foi desenvolvido, em sua primeira década, sob a égide do neoliberalismo econômico. A partir de 2002, o bloco ganhou uma nova nuance, ampliando suas funções com estabelecimento e consolidação de normativas e órgãos que atuam em várias áreas que não apenas a econômica. A proteção dos direitos humanos, por exemplo, adquiriu importância com a criação do Mercosul Social, a aprovação da Cláusula dos Direitos Humanos, dentre outras iniciativas. Logo, fez-se necessário o estudo e o acompanhamento dos vários mecanismos de proteção dos direitos humanos do MERCOSUL, a partir dos seus marcos regulatórios. O objetivo primordial da pesquisa é o de obter um perfil fiel do nível de integração social do MERCOSUL, no que diz respeito às políticas e aos programas em direitos humanos adotados pelo bloco. A partir da conceituação crítica dos direitos humanos, entendidos como processos de lutas incessantes por bens materiais e imateriais para se atingir a dignidade humana, de forma não hierárquica e respeitando a interculturalidade, foram identificados os mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos no MERCOSUL. Foram verificados dezessete órgãos do Conselho de Mercado Comum - CMC e 13 órgãos do Grupo de Mercado Comum - GMC. Além do Fundo de Convergência Estrutural - FOCEM, Parlamento do Mercosul - PARLASUL e do Fórum Consultivo Econômico e Social - FCES. De forma mais efetiva foram analisados, a Cláusula dos Direitos Humanos, a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos - RAADH, a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul - CCMASM e o Parlasul. A metodologia utilizada foi de levantamento do material bibliográfico de estudo e identificação e coleta dos dados institucionais em fonte primária e recorrendo-se a sítios eletrônicos. Concluindo essa parte da investigação identificamos os vários mecanismos e órgãos que tratam sobre a temática dos direitos humanos no bloco, o que permitiu-nos visualizar uma estrutura baseada em normativas que não condizem necessariamente com os processos de lutas por acesso à dignidade que travam os povos da região. Nos últimos dez anos o bloco avançou no reconhecimento da importância social e não apenas da econômica, porém, ficou evidente que esses avanços não se dão, ainda, com a efetiva participação da sociedade civil organizada, ficando, na maioria das vezes, restrito aos círculos governamentais e burocráticos. Ao final do trabalho investigativo surgiram questionamentos sobre as diretivas na área de direitos humanos que norteiam o bloco, baseada em uma perspectiva tradicional e positivista dos direitos humanos. O caminho a seguir, nos parece, deve preconizar uma maior inserção dos povos da região, através de seus movimentos sociais organizados, no processo de integração. A partir dessa maior participação será possível

---

\*Agradeço a Fundação Araucária, pois através de seu incentivo tivemos oportunidade de ter desenvolvido este trabalho que visa contribuir para um processo de integração latino-americana voltado aos seus povos.

estabelecer políticas públicas que, de fato, integrem para além do mercado e sejam indutoras de uma integração real.

**Palavras-chave:** *Integracion Regional, Organos, Derechos Humanos.*